



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

03/10/2016 ATÉ 03/10/2016



INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	JUÍZES	
	2.1 BLOG DIEGO EMIR.....	2
	2.2 SITE O MARANHENSE.....	3
3	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
	3.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	4

Juiz é visto empenhado em campanha de filho em seção eleitoral de São Luís

02/10/2016 12:12:25

O juiz Osmar Gomes está hoje empenhado na eleição do filho, o vereador Osmar Gomes Filho e do prefeito Edivaldo Holanda. Está nesse momento fazendo campanha na frente das sessões 2224 e 2233 no São Francisco. O problema é que, como juiz, ele é proibido de realizar atividade partidária.

O post [Juiz é visto empenhado em campanha de filho em seção eleitoral de São Luís](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

Des. Joaquim Figueiredo corrige decisão absurda de juiz sobre estacionamentos privados

03/10/2016 19:53:00

Lei que determina tolerância de 30 minutos para todos os estacionamentos privados de São Luís é ratificada pela Justiça.

José Joaquim suspendeu decisão do Juiz da 4ª Vara.

No último sábado (1º/10), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) decidiu suspender a liminar que retirava a eficácia da lei para o estacionamento do Rio Anil Shopping. Na prática, agora todos os estacionamentos privados de São Luís voltam a ser obrigados a oferecer 30 minutos de gratuidade.

O juiz titular da 4ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Cícero Dias Filho, chegou a deferir o mandado de segurança em que a JLN2 - Estacionamentos Ltda, administradora do estacionamento do Rio Anil Shopping, alegou a inconstitucionalidade da lei. No dia seguinte, porém, o desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos suspendeu a liminar da Vara da Fazenda.

Segundo o entendimento do desembargador, a suspensão da lei causa prejuízos à ordem, à economia e à segurança pública, pois veda ao Poder Público o direito de fiscalizar e aplicar sanções por descumprimento. A decisão de restabelecer a eficácia da lei para todos os estacionamentos privados da capital assegura, assim, o princípio da prevalência do interesse público sobre o privado.

Na prática, agora todos os estacionamentos privados voltam a ser obrigados a oferecer o tempo mínimo de 30 minutos de gratuidade, e podem ser multados em até R\$ 20 mil por dia em caso de descumprimento. Se o consumidor identificar qualquer infração à lei, pode realizar denúncia ao Procon/MA por meio do site, aplicativo ou em qualquer unidade mais próxima.

Casamento Comunitário - Projeto da Corregedoria reúne 49 casais em Estreito

02/10/2016 07:00:33

Uma cerimônia de casamento comunitário promovida pela 2ª vara da comarca de Estreito no último dia 21, reuniu 49 casais para a oficialização da união. Comandada pelo titular da vara, juiz Frederico Feitosa, a cerimônia teve início às 18h30, na quadra do Colégio Transamazônico, no município.

Além do juiz, o promotor da 1ª Promotoria de Justiça da comarca, Paulo Roberto da Costa Castilho, marcou presença no evento.

Inaugurado em 1999 pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, na gestão do desembargador Jorge Rachid, o Projeto Casamentos Comunitários vem proporcionando a casais da capital e das comarcas do interior oficializar a união sem custos para os nubentes. Todos os atos ligados ao evento são gratuitos.

POSTLINK%%

Juíza corregedora conhece trabalho da APAC de Pedreiras

01/10/2016 07:00:57

Durante correição realizada no fórum da comarca de Pedreiras, a juíza corregedora, Rosângela Prazeres, visitou, na última quarta-feira (28), a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e conheceu o trabalho de ressocialização de internos realizado pela instituição.

Acompanhada da juíza Ana Gabriela Ewerton (2ª vara), a juíza corregedora visitou as instalações da da APAC, conversou com a diretoria e conheceu as atividades praticadas pelos internos que participam do programa de ressocialização.

Na oportunidade, a juíza falou de sua afinidade com a metodologia aplicada pela APAC e da parceria constante que a 2ª vara celebra com aquela unidade, na execução penal.

"A APAC de Pedreiras, sendo modelo expressivo da metodologia e motivo de alegria para a comarca, realiza, sem sombra de dúvidas, um trabalho digno e que se torna ainda amais efetivo com o esforço e a disponibilidade do magistrado".

APAC - A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados é uma entidade civil, sem fins lucrativos, direcionada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Funciona como entidade auxiliar do Poder Judiciário e Executivo na execução penal e no cumprimento das penas privativas de liberdade.

POSTLINK%%